

N. F. Nº - 272466.1092/23-5  
NOTIFICADO - CERVEJARIA PETRÓPOLIS DA BAHIA LTDA.  
NOTIFICANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS  
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL  
PUBLICAÇÃO - INTERNET 29/02/2024

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0026-02/24NF-VD

**EMENTA:** ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. Contribuinte comprovou tratar-se de produto destinado a industrialização na fabricação de refrigerantes, uma das atividades da empresa. Não cabendo a aplicação do artigo 12-A da Lei 7.014/96. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 20/08/2023, no Posto Fiscal Bahia-Goiás, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 11.601,66, multa de 60% no valor de R\$ 6.961,00, perfazendo um total de R\$ 18.562,66, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 54.05.08** Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

**Enquadramento Legal:** Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: I) Termo de Ocorrência Fiscal nº 2321751231/23-4 (fls. 3/4); II) cópia do DANFE 143.093 (fl.09); III) cópia do DACTE nº 5256 (fl. 11); IV) cópia do DAMDFE nº 5168 (fl.12).

O Notificado apresenta peça defensiva através de advogados com anexos, às fls. 17/63.

Inicia sua defesa fazendo um breve resumo dos fatos que ensejaram sua lavratura e afirmando a tempestividade da impugnação.

No tópico “DO MÉRITO” salienta que a Impugnante possui com objeto social a fabricação de cervejas, chopes, refrigerantes, água, energéticos e etc. no qual, para a consecução de sua atividade, se faz necessário a utilização de insumos necessários à sua fabricação. Entretanto, o Fisco alega que a Impugnante teria deixado de recolher o ICMS antecipação tributária parcial, na operação de aquisição interestadual de “açúcar” materializada por meio da Nota Fiscal nº 127452, indicado, dentre alguns artigos já mencionados, o artigo 12-A da Lei nº 7.014/96.

Informa, contudo, que o “açúcar” adquirido pela Impugnante, não é utilizado para comercialização, e sim como insumo / matéria prima para produção de refrigerantes, se tratando de um insumo obrigatório a ser integrado pela Impugnante, para que resulte no produto final.

Ressalta que os insumos são produtos aplicados no processo produtivo e são utilizados na própria industrialização do produto acabado e possuem relação direta com este, não sendo utilizada para fins de comercialização, não estando a Impugnante obrigada a realizar a antecipação parcial do imposto, tendo em vista o disposto no artigo 12-A da Lei 7.014/96. Portanto, com base nesses argumentos, a presente notificação fiscal não deve prosperar, devendo o crédito tributário lançado ser extinto e, conseqüentemente, o processo administrativo ser arquivado.

Questiona também a aplicação da multa de 60% sobre o valor do imposto por considerá-la desproporcional e confiscatória. Citando várias teses doutrinárias e decisões judiciais sobre o tema.

Diante do exposto, requer:

- a) Seja julgado improcedente a presente notificação fiscal, com o seu consequente cancelamento e extinção do crédito tributário, tendo em vista que os produtos adquiridos pela Impugnante são utilizados, única e exclusivamente, como insumo de fabricação de seus produtos, e não para comercialização, fazendo com que o contribuinte seja desobrigado de realização da antecipação parcial do imposto, conforme fatos e argumentos supramencionados.
- b) Subsidiariamente, caso não seja a presente notificação fiscal julgada improcedente, requer, ainda, seja diminuído o valor a título de multa, haja vista sua característica confiscatória, conforme alhures mencionado.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas pelo ordenamento jurídico, em especial, provas documentais e testemunhais, sustentação oral, perícias e tudo mais que garanta o perfeito deslinde do feito, pela juntada de documentos de representação originais.

Por fim, requer todas as publicações e intimações sejam destinadas aos advogados abaixo elencados, enviando-as por meio de correspondência para endereço localizado à Estrada Municipal Batista Favoretti, nº 350, Bairro Água Branca, CEP: 18558-200, Boituva/SP, sob pena de nulidade dos atos processuais.

Não consta Informação Fiscal no processo.

É o relatório.

## VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial da mercadoria constante no DANFE 143.093 (fl. 09) como está descrito no corpo da Notificação Fiscal que aqui copio:

“Falta de recolhimento do ICMS antecipação tributária parcial da operação, nas aquisições interestaduais de “Açúcar”, conf. Danfe: 143903, CT-e 5256 e DAMDF-e/MDF-e 5168 capitulado Art.332, inciso III, Alínea B, § 2º RICMS/BA (Dec.13780/2012)”.

Decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização, sem o pagamento da antecipação parcial estabelecido no artigo 12-A da Lei 7.014/96, antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido nos incisos III e IV, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária:

**Art. 332.** *O recolhimento do ICMS será feito:*

....

**III** – *antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:*

*b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:*

(...)

**§ 2º** *O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com **açúcar**, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef,*

*enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

*I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;*

*II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;*

A Notificada em sua defesa alega que não cabe a cobrança da antecipação parcial porque o produto constante no DANFE relacionado (açúcar) é destinado a industrialização, utilizado como insumo / matéria prima para produção de refrigerantes, se tratando de um insumo obrigatório a ser integrado pela Impugnante, para que resulte no produto final. Não estando a Impugnante obrigada a realizar a antecipação parcial do imposto, tendo em vista o disposto no artigo 12-A da Lei 7.014/96.

Em consulta ao INC – Informações do Contribuinte no Cadastro da SEFAZ, constato que a atividade principal da empresa tem o CNAE 1113502 – Fabricação de cervejas e chopes e outras atividades secundárias como o CNAE 1121600 – Fabricação de águas envasadas e CNAE 1122401 – Fabricação de refrigerantes, o que evidencia que o produto adquirido pelo contribuinte, se destina a utilização como insumo para produção de refrigerantes, como alega na sua defesa, e não se destina a revenda como entendeu o Notificante.

O art.12-A da Lei 7.014/96 estabelece a cobrança da antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, como está evidenciado tratar-se de uma aquisição para utilização como matéria prima, entendendo não caber cobrança do ICMS da antecipação parcial antes da entrada no Estado da Bahia.

Diante do exposto, acolho as argumentações defensivas e resolvo julgar IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

## **RESOLUÇÃO**

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **272466.1092/23-5**, lavrada contra **CERVEJARIA PETRÓPOLIS DA BAHIA LTDA.**

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2024

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS - JULGADOR